

DOI: <https://doi.org/10.61895/pl.v20i38.23937>

OS PRIMEIROS ANOS DO CINEMA PERMANENTE EM PATOS DE MINAS (MG), 1913-1914

The early years of permanent cinema in Patos de Minas (MG), 1913-1914

João Paulo Rocha Medrado

Universidade Estadual de Montes Claros

Contato: joaopaulormedrado@gmail.com

 <https://orcid.org/0009-0001-9216-5878>

Daniel Venâncio de Oliveira Amaral

Doutor em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Professor do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Campus Januária

Contato: dvoamaral@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3272-1174>

Palavras-chave: Palavras-chave:
História. Cinema. Patos de Minas,
MG.

Resumo: Este artigo propõe uma investigação sobre os primeiros anos do cinema permanente na cidade de Patos de Minas, MG. Mais especificamente, busca-se compreender, entre os anos de 1913 e 1914, período marcado pela introdução e consolidação inicial das projeções cinematográficas permanentes, os espaços edificadas, os títulos exibidos, a frequência das sessões, o perfil do público e as estratégias comerciais adotadas na venda de ingressos. As principais fontes mobilizadas neste trabalho são exemplares do *semanário comercial, literário e noticioso* intitulado *O Comércio*, produzido na cidade de Patos de Minas, com circulação regular aos domingos.

Keywords: History. Cinema.
Patos de Minas, MG.

Abstract: This article aims to investigate the early years of permanent cinema in the city of Patos de Minas, MG. More specifically, it seeks to understand, between 1913 and 1914, a period marked by the introduction and initial consolidation of permanent film screenings, the built spaces, the films exhibited, the frequency of showings, the audience profile, and the commercial strategies adopted for ticket sales. The main sources used in this study are issues of the commercial, literary, and news weekly *O Comércio*, produced in Patos de Minas and published regularly on Sundays.

Processamento textual:

Recebido em 2025-10-30

Revisado em 2026-09-02

Aprovado em 2026-09-09



Introdução

Nos últimos anos, a historiografia mineira tem produzido um número expressivo de estudos voltados à compreensão dos primórdios do cinema em localidades do interior do estado. Em geral, essas investigações têm se concentrado na transição do cinema ambulante para o cinema permanente, no surgimento das primeiras casas especializadas, na comercialização de projeções e espetáculos, na escolha dos títulos filmicos, na participação do público, nos conflitos morais com a Igreja Católica, bem como nos impactos da ferrovia e da navegação a vapor sobre a circulação de equipamentos, películas e empresários. Pesquisas desenvolvidas em cidades como Barbacena, Carmo da Mata, Cláudio, Diamantina, Divinópolis, Montes Claros, Oliveira, Pirapora e São João del-Rei constituem alguns exemplos representativos dessa produção.¹

Esse conjunto de trabalhos evidencia a inserção progressiva do cinema no debate acadêmico sobre os modos de apropriação do tempo livre pelos mineiros na virada para o século XX. Tal movimento se justifica, sobretudo, pela rápida proliferação de salas fixas de exibição. De acordo com Souza (2004), o cinema permanente começou a se difundir no Brasil a partir de 1907, integrando um processo mais amplo de introdução de inovações tecnológicas. A expansão das ferrovias, a circulação dos primeiros automóveis nas cidades, a substituição dos bondes de tração animal por modelos elétricos, a popularização do telefone e a reprodução mecânica de imagens em movimento criaram novas demandas e desejos, marcados por um sentimento de “velocidade e aceleração” e por uma tensão entre o “tempo vivido” e o “novo a ser vivenciado” (Souza, 2004).

Nesse contexto, o cinema consolidou-se como símbolo eloquente da modernidade urbana, sendo compreendido como “expressão da sociedade industrial e científica que mudou a percepção de mundo, da natureza e da relação tempo-espço” (Lino, 2009, p. 93). No caso mineiro, a edificação de espaços especializados em exibição cinematográfica era, com frequência, celebrada pelos setores abastados da sociedade, que viam nesses empreendimentos tanto um instrumento de civilização e progresso comportamental quanto uma oportunidade de investimento financeiro, voltada a um público ávido por “novidades capazes de lhe excitar e causar emoção” (Dias, 2018, p. 318).

¹ Cf., respectivamente, Silva; Mayor, 2020; Silva, 2021; Anísio, 2024; Amaral; Anísio; Dias, 2022; Oliveira, 2016; Amaral; Anísio, 2021; Alves; Neto; Silva, 2019; Amaral; Dias, 2019; Lopes; Amaral; Nunes, 2024; Fernandes, 2019.

Segundo dados oficiais do Serviço de Estatística de Minas Gerais, em 1920 o estado contava com 252 cinemas em funcionamento, distribuídos por 139 cidades e 75 distritos, que ofereciam, semanalmente, um total de 762 sessões de filmes (Minas Gerais, v. IV, 1926, p. 342). Tais números evidenciam, de um lado, a ampla penetração das salas de exibição no território mineiro abrangendo, à época, 31% das localidades, tornando Minas Gerais um dos estados com a maior oferta relativa de casas de espetáculos no país (Dias; Machado; Hosken, 2019, p. 1203). De outro lado, revelam a urgência de novas investigações, dada a expressiva lacuna entre o número de localidades com cinemas permanentes e o volume ainda reduzido de estudos dedicados ao tema. Em outras palavras, estima-se que menos de 5% dessas localidades tenham sido objeto de pesquisas com algum nível de aprofundamento, o que dificulta a elaboração de uma análise panorâmica sobre a gênese e o desenvolvimento histórico do cinema em solo mineiro.

À luz do exposto, este artigo propõe uma investigação sobre os primeiros anos do cinema permanente na cidade de Patos de Minas, MG. Mais especificamente, busca-se compreender, entre os anos de 1913 e 1914, período marcado pela introdução e consolidação inicial das projeções cinematográficas permanentes, os espaços edificados, os títulos exibidos, a frequência das sessões, o perfil do público e as estratégias comerciais adotadas na venda de ingressos.

Estratégias da Pesquisa

As principais fontes mobilizadas neste trabalho são exemplares do *semanário comercial, literário e noticioso* intitulado *O Comércio*, produzido na cidade de Patos de Minas, com circulação regular aos domingos. Esse periódico foi fundado em novembro de 1910, tendo como redator-chefe o comerciante Alfredo Borges, proprietário da empresa "Casas Azues", descrita como um “grande estabelecimento de fazendas, ferragens, armarinhos, modas, perfumarias, chapéus, calçados, louças, armas, máquinas de costura, molhados e gêneros alimentícios” (O Comércio, 29 nov. 1910, p. 3). Em sua linha editorial, divulgada nas primeiras edições, o jornal declarava ter como principal objetivo atuar “ao lado do povo”, com a intenção de trilhar o caminho do “progresso”, posicionando-se como um “mensageiro para o engrandecimento da nossa terra, e para o bem-estar dos nossos munícipes” (O Comércio, 29 nov. 1910, p. 1).

Desde o início, o jornal alinhou sua atuação aos anseios e expectativas das elites locais, ora cobrando, ora celebrando iniciativas de caráter modernizador, que incluíam práticas de entretenimento voltadas a demonstrar certo grau de sofisticação dos costumes. Entre essas práticas, destacava-se o cinema, tema que frequentemente ocupava espaço nas reivindicações do periódico e que, após a inauguração do primeiro estabelecimento permanente, passou a contar com uma coluna específica, dedicada a relatar o cotidiano das projeções.

Assim, este estudo analisou, ao todo, 114 edições do jornal *O Comércio*, sendo, de forma mais específica, 44 publicadas em 1911, 22 em 1913 e 48 em 1914. As edições de 1911 contribuíram para a compreensão de como se organizava o mercado cinematográfico em Patos de Minas antes da inauguração, em 1913, da primeira casa especializada no gênero, objeto central desta pesquisa. Já as edições de 1913 e 1914 trouxeram informações valiosas sobre a consolidação de um mercado cinematográfico permanente, evidenciando iniciativas e estratégias por parte de seu proprietário.

Os jornais foram consultados virtualmente no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<https://hemerotecadigital.bn.gov.br/>), plataforma que hospeda um volume significativo de jornais e revistas que circularam no território nacional e internacional nos séculos XIX e XX (Almeida, 2013). As edições foram examinadas em sua totalidade, com a separação e categorização das matérias, enfatizando, especialmente, notícias relacionadas ao cinema.

As limitações documentais deste estudo dizem respeito às lacunas decorrentes da ausência de edições não preservadas ou daquelas que se encontram danificadas, o que inviabiliza sua leitura. Destaca-se, por exemplo, a inexistência de exemplares referentes ao ano de 1912 e, em 1913, a indisponibilidade das edições correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro, além da ausência de algumas publicações nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro. Como bem observam Dias *et al.* (2014), cidades interioranas, no contexto da realidade brasileira, geralmente apresentam uma manutenção extremamente precária de seus arquivos, o que impõe consideráveis obstáculos ao acesso a fontes documentais.

Por outro lado, as dificuldades associadas à escassez de documentação não devem desencorajar o esforço historiográfico e interpretativo voltado ao estudo de localidades situadas na hinterlândia. Pelo contrário, a análise do repertório cultural e das práticas de lazer que se desenvolvem fora dos grandes centros urbanos, conforme argumenta Dias (2020, p. 35), “não

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 20, n. 38, jan. - jun. 2026

apenas revela realidades pouco exploradas na bibliografia brasileira especializada sobre esses assuntos, como tem o potencial de até mesmo mudar o entendimento geral que se tem a respeito das dinâmicas que os cercam”.

“A diversão da moda”

Em março de 1911, um cronista anônimo do jornal *O Comércio* queixava-se, em extensa nota, da ausência de visitas de empresários ambulantes do ramo cinematográfico a Patos de Minas. Conforme publicado, essa escassez de exibições era atribuída às dificuldades de transporte, uma vez que a cidade não era servida por linhas ferroviárias, restando aos exibidores o recurso a “carros puxados a boi, com toda a morosidade de fazer três léguas por dia. E, quando assim acontece, já é o caso de o carreiro distribuir um *gole de pinga* aos companheiros, celebrando a força dos bois”. Nessas circunstâncias, “os cinemas chegam até cá por um acaso, talvez, ou por terem seus proprietários errado o caminho de Mato Grosso ou de Goiás”.

Uma vez superada essas dificuldades, ainda segundo o cronista, as peças e os aparelhos, em razão da precariedade das estradas, chegavam em péssimo estado de conservação, “resultando disso o mal funcionamento dos cinemas, que em vez de agradarem, entristecem os burgueses e afugentam o público”:

Há contínuo escapamento de gás no aparelho, ao começarem as sessões, e trepidações fortes, de toda espécie, que deixam os assistentes indecisos, sem saberem, ao certo, se fecham os olhos, ou se fitam o pano, onde pequenos pontos avermelhados dançam sempre, a guisa de fantasmas. Outras vezes, há aberrações incríveis, transforma-se um homem em urso, Satanás esquece lá embaixo os chifres e o rabo (O Comércio, 19 mar. 1911, p. 2).

Conforme observam Xavier, Amaral e Dias (2019), ao analisarem os impactos da infraestrutura de transporte sobre a circulação de atrações artísticas itinerantes em Minas Gerais na transição para o século XX, “as ferrovias aparecem como dispositivos privilegiados para ampliar ou mesmo permitir oportunidades de acesso ao consumo cultural, uma vez que afetam os custos gerais do deslocamento” (p. 140). Os autores destacam, ainda, que a inauguração de estações ferroviárias possibilitava um transporte mais rápido, seguro, confortável e previsível, integrando localidades, anteriormente isoladas, aos circuitos comerciais de espetáculos promovidos por empresários, artistas e companhias ambulantes.

Essa notória precariedade das estradas era uma realidade amplamente perceptível em todo o interior mineiro. No caso específico de Patos de Minas, tal situação mostrava-se ainda mais evidente. Conforme apontam relatos de viajantes que percorreram diferentes regiões de Minas Gerais no século XIX, as vias careciam de pontes, e as poucas existentes encontravam-se, com frequência, em péssimo estado. Alguns registros destacam que, após o período chuvoso, as estradas transformavam-se em verdadeiros “rios de lama”, não sendo raro encontrar “carros atolados” (cf. Cunha, 1979; Moraes, 1995). Nesse contexto, compreende-se a recorrência de notas na imprensa local que relatavam, com certa ironia, a dificuldade de acesso ao cinematógrafo, que “não nos aparece quase nunca, a não ser de seis em seis meses, quando as empresas necessitadas de arame resolvem nos obsequiar com suas visitas” (*O Comércio*, 2 jul. 1911, p. 1).

Diante da má qualidade das exhibições e da irregularidade das excursões cinematográficas, a imprensa local passou a reivindicar, com certa insistência, a instalação de um estabelecimento fixo. Buscava-se sensibilizar possíveis investidores para a importância de financiar esse tipo de empreendimento, como argumentou um cronista ao conclamar “nossos conterrâneos, compreendendo então, mais que todos nós, a utilidade de se construir, em nossa cidade, uma dessas casas de diversão”, sugerindo que, por iniciativa própria, fosse levantado “o emprego da construção, onde favoravelmente pudéssemos matar o tempo” (*O Comércio*, 2 jul. 1911, p. 1).

Expressões como “tédio”, “monotonia” e a queixa da ausência de “casas de diversões” para “matar o tempo” eram recorrentes na imprensa do interior mineiro no período, refletindo expectativas e insatisfações das elites letradas. Em Patos de Minas, essa realidade se fazia presente e pode ser interpretada como parte de um quadro mais amplo de demandas por melhoramentos urbanos, que incluíam modalidades lúdicas específicas. Ou seja, “não se tratava de uma completa falta de diversões, mas sim da falta de espaços públicos ou de estabelecimentos de comércio que oferecessem, de maneira permanente e diversificada, diversões alinhadas com os modernos padrões europeus” (Amaral, 2022, p. 306).

Patos de Minas oferecia um leque abrangente de festividades, especialmente eventos ligados ao calendário litúrgico, cujas comemorações incluíam, entre outras coisas, procissões, fogos de artifício, espetáculos musicais e leilões. Em junho de 1911, por exemplo, realizaram-se as festas do “glorioso padroeiro Santo Antônio”, evento “deslumbrante”, que se iniciou com “uma procissão”, acompanhada pela “filarmônica Santa Cecília”, a qual, ao chegar à entrada da

matriz, executou “cabalmente as melhores peças de seu repertório”. O programa contou ainda com uma sessão de fogos, promovida pelo “hábil pirotécnico Sr. Manoel Peres Corina”, sendo a festa finalizada com “leilões de prendas” que estiveram “animadíssimos” (O Comércio, 22 jun. 1911, p. 1).

Em julho de 1913, a imprensa local publicou um extenso e detalhado programa de festividades em homenagem a Nossa Senhora da Abadia. Na abertura do evento, em 6 de julho, “ao romper da aurora”, a filarmônica Santa Cecília percorreria “as principais ruas da cidade, tocando variadas peças do seu repertório, ao estrugir inúmeros foguetes”. À tarde, realizava-se a primeira novena, com “música e fogos, havendo depois leilões”. No dia 10, a programação incluía “novenas” e “magníficos cânticos apropriados”. Em 14 de julho, como nos dias anteriores, estavam previstas “novenas e leilões”. À noite, com a participação da filarmônica Santa Cecília, seria erguido um “magnífico mastro em frente à Matriz” e queimado “um esplêndido castelo caprichosamente enfeitado pelo inteligente e hábil pirotécnico João Bueno, sendo depois posto fogo a duas grandes fogueiras”. No 15, como desfecho das festividades, haveria “alvorada pela mesma filarmônica”, missa cantada, procissão, além da queima de bateria e tralaria (O Comércio, 6 jul. 1913, p. 4).

Em mais um exemplo, com referências ao dia seguinte às festividades de Nossa Senhora da Abadia, realizou-se a “bastante concorrida e com boa ordem Festa do Divino Espírito Santo”. Conforme noticiado, o evento “constou de missa rezada pelo Revdo. Cônego Getúlio, às 8 horas da manhã; missa solene pelo Revmo. Padre Colaço Dias, D. D., Vigário de Santa Rita de Patos, às 11 horas; sorteio ao meio-dia; e procissão à tarde”. Ao longo de toda a programação, atuou “a corporação musical Fraternidade, que executou excelentes peças de seu inesgotável repertório” (O Comércio, 22 jul. 1913, p. 2).

É nesse sentido que os cronistas da imprensa tendiam a negligenciar as práticas de divertimento mais tradicionais, já incorporadas ao cotidiano de moradores rurais e citadinos, buscando, por outro lado, legitimar reivindicações por atividades que indicassem certo grau de modernidade e conexão com os grandes centros nacionais e europeus. “As feições negras e populares dessas formas de ocupação do tempo livre fora do trabalho os inscreviam em um campo de invisibilidade ou de discriminação simbólica que tornava essas práticas incompatível com as expectativas dos grupos das elites” (Dias; Amaral; Santo, 2025, p. 5). O cinema consolidou-se, nesse contexto, como um de seus representantes mais legítimos. No dia 9 de março de 1913,

em uma nota intitulada “Melhoramentos”, um cronista anônimo teceu comentários elogiosos à iniciativa de instalação da primeira casa de projeção permanente em Patos de Minas, qualificando-a como “a diversão da moda”. Nas suas palavras:

Não obstante a morosidade que se observa na marcha de certos melhoramentos nesta cidade, o que de certa forma se justifica, porque não possuímos meios rápidos de comunicação, contudo, a cidade não se acha estacionária no progredir.

O Te. Cel. Arthur Thomaz de Magalhães, em cômodo salão, contíguo a casa de sua residência, instalará, em breve, um magnífico cinema permanente, que virá preencher sensível falta, em uma cidade como esta, raramente visitada por empresas de diversões, devido a distância em que se acha da estrada de ferro. Ninguém ignora que o cinematógrafo é hoje, a diversão da moda: é útil e recreativo (O Comércio, 9 mar. 1913, p. 1).

Segundo noticiava a imprensa, o “prestante amigo Te. Cel. Arthur Thomas, sempre empreendedor e progressista”, havia adquirido em São Paulo “uma esplêndida máquina cinematográfica, com um excelente motor elétrico”. Informava-se ainda que o espaço para sua instalação estava quase concluído, restando apenas “o serviço de tinta e a conclusão da casa para o motor”, que ficaria “independente dos demais” (O Comércio, 9 mar. 1913, p. 1). As primeiras notícias sobre o funcionamento do “Cinema Magalhães”, como foi denominado, surgiram em 22 de junho de 1913, quando uma breve nota destacava a grande presença de público e a realização de uma sessão gratuita: “Boas sessões têm havido nesta excelente casa de diversões, ocasionando grande enchente. Em um dos dias da semana passada, foi pelo generoso proprietário oferecida gratuitamente ao povo a exibição de magníficas fitas” (O Comércio, 22 jun. 1913, p. 2). Na mesma edição, o jornal também anunciava a programação de domingo, com início às 20 horas, oferecendo um “programa variado” que prometia atrair numeroso público: “Hoje, serão projetados os magníficos filmes, que obedecem à seguinte ordem: 1. *Dom Quixote*, com 400 m; 2. *Caça de Javali*, com 200 m; 3. *Loucura de Pierrot*, com 200 m; 4. *Chegada do Rei da Grécia em Roma*, com 300 m; 5. *Bela Vessa*, com 200 m; 6. *Trapésio*, com 100 m” (O Comércio, 22 jun. 1913, p. 2).

No primeiro domingo de julho, o Cinema Magalhães passou a oferecer duas sessões permanentes aos domingos, com programas distintos em cada uma. Tal medida parece configurar uma estratégia do empresário para estimular parte dos espectadores da primeira exibição a retornar também à segunda, ampliando, assim, as possibilidades de lucro. Na sessão das 14 horas, exibiram-se os seguintes filmes: “Transformação cômica”, “Crenças terríveis”,

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 20, n. 38, jan. - jun. 2026

“O chapéu cômico”, “Brinquedo de menino”, “Dança das nações”, “Dança cosmopolita”, “Escarabéu de ouro”, “A fada dos pombos” e “Dança dos apaches”. Já a sessão das 20 horas contou com: “Tomada de Roma”, “Casamento do rei da Espanha”, “Greve das crianças”, “Metamorfose de um noivo”, “Suicídio impossível”, “Atrás da objetiva” e “Tip-top”. O anúncio encerrava a chamada reforçando ao público que as sessões cinematográficas constituíam “distrações agradáveis e lícitas” (O Comércio, 6 jul. 1913, p. 3).

No início de agosto, as sessões habituais de final de semana foram ampliadas. Segundo a programação do Cinema Magalhães, divulgada na imprensa em 10 de agosto, as “esplêndidas fitas” passariam a ser exibidas também às quintas e sextas-feiras, além dos sábados e domingos, o que atesta o êxito inicial do empreendimento. Para essa data foram anunciados os seguintes títulos: “Romance de amor”, “Pesca em pleno mar”, “Namorado de um exército”, “Viagem de Campos Sales a Buenos Aires”, “Rapto de uma noite em bicicleta” e “A corrente elétrica” (O Comércio, 10 ago. 1912, p. 3).

Essa ampliação da quantidade e da periodicidade das sessões de cinema parece ter sido resultado, como é presumível, da crescente disposição do público em adquirir entradas para assistir aos filmes. Tal interesse guarda relação direta com o volume e a diversidade das obras exibidas. “Quanto maior a oferta de filmes novos, maiores as chances de ter boa adesão do público, interessado, ao que parece, em assistir novidades” (Amaral; Dias, 2019, p. 77). Em cada sessão anunciada, dispunham-se aos “habitués” “escolhidos filmes” que proporcionavam “duas horas de intenso prazer” (O Comércio, 12 ago. 1912, p. 3). As fitas, conforme se estampava nos anúncios (Imagem 1), eram usualmente remetidas de São Paulo. Quando, por “interrupção do correio”, as sessões precisavam ser adiadas, os anúncios registravam a frustração do empresário (O Comércio, 15 mar. 1914, p. 2), reforçando que a oferta contínua de títulos inéditos era fundamental para este ramo de negócios.

Figura 1 – Anúncio do Cinema Magalhães destacando a chegada de filmes remetidos de São Paulo.



Fonte: O Comércio, 7 dez. 1913, p. 3.

Em fevereiro de 1913, fragmentos de notícias registram que o Te. Cel. Arthur Thomas havia transferido “a sua casa de diversões Cinema Magalhães” para um prédio denominado Club 14 de julho, onde teria dado “um aspecto dos lá de fora, muito limpo e com camarotes cômodos” (O Comércio, Patos de Minas, 13 fev. 1914, p. 3). Embora as fontes não indiquem com precisão a data dessa mudança, sabe-se que, em abril de 1914, iniciou-se uma completa reforma em sua residência para que o cinema fosse novamente transferido para a sala “em que pela 1ª vez foi instalado”. A imprensa justificou essa nova transferência por duas razões: a primeira, porque “o prédio em que vinha funcionando” colocava “os frequentadores em constantes sobressaltos, pela eminência de um desmoronamento” (O Comércio, 5 abr. 1913, p. 2); a segunda, em razão da “barulhada infernal” dos espectadores, “bateção de palmas, apartes e gritos”, que suscitavam reclamações de “moradores perto do cômodo do cinema”, especialmente daqueles que viviam “quase abaixo”, alegando não conseguir “pregar o olho uma única vez” (O Comércio, 19 abr. 1914, p. 1).

Por ocasião da transferência do Cinema Magalhães para o novo “cômodo modificado”, com “uma fila de espaçosos camarotes em pavimento superior”, em salão “todo de 1ª classe, grande e arejado, com 5 óculos envidraçados e de tamanho regular”, suavizando “os rigores do calor”, a imprensa destacou o esforço do Te. Cel. proprietário em dotar o espaço de “verdadeiro conforto”. Esse ambiente refinado, porém, colocava em evidência o contraste com hábitos indesejados para um espaço que pretendia dialogar com ambições simbólicas de progresso dos

costumes preconizadas pelas elites letradas. Um cronista anônimo, ao mesmo tempo em que elogiava as obras de melhorias estruturais, advertia para a necessidade de “convergir as nossas vistas para um novo e importantíssimo reclame, na tela, mais ou menos semelhante ao que se vê em cartazes nas paredes das farmácias, repartições públicas, casas de família”. A proposta era notificar o público para abster-se de uma série de comportamentos indesejados: “não se deve cuspir no chão”; “não se fume no salão, a fim de evitar o incômodo às famílias”; “não se devam trazer cães para o cinema, pois latidos e pulgas espantam a freguesia”; além do alerta de que “palmas, pancadas e assovios ferem os ouvidos” (O Comércio, 5 abr. 1914, p. 2).

No retorno ao endereço de origem, o Cinema Magalhães passou a oferecer duas sessões semanais, às quintas-feiras e aos domingos, anunciando em reclames pagos na imprensa a variedade de títulos em cartaz, fruto de contratos firmados com distribuidores da cidade de São Paulo, além de destacar espaços reservados para assinantes (Imagem 2). Essa modalidade, introduzida no novo espaço, consistia na associação ao estabelecimento cinematográfico mediante pagamentos mensais (cujos valores não foram informados pelas fontes consultadas), garantindo acesso a todas as atividades do cinema, com direito a cadeira reservada (O Comércio, 17 maio 1914, p. 3). Assim, independentemente da lotação da sala ou da quantidade de sessões oferecidas, o formato de associação assegurava um assento exclusivo, delimitando no interior da casa de diversões uma camada mais elitizada de clientes, instalados em espécie de “camarote distintivo”.

Figura 2 – Anúncio do Cinema Magalhães destacando a modalidade de assinaturas, com assentos reservados aos associados.



Fonte: O Comércio, 17 maio 1914, p. 3.

O interesse comercial do Cinema Magalhães esteve restrito às exhibições de diferentes títulos cinematográficos, situação que contrasta com o funcionamento de outras casas do gênero no interior mineiro na mesma época. Em Oliveira, por exemplo, cidade situada no Oeste de Minas, região da qual fazia parte Patos de Minas, o Cinema Oliveirense, para além das exhibições de filmes, promoveu um efervescente comércio de espetáculos itinerantes, que preenchiam, com alguma regularidade, sua programação. Na década de 1910, foram aproximadamente 35 temporadas com os mais variados gêneros artísticos, a exemplo da cantoria lírica de Onelia Menzatri (1910), do Circo Filadélfia (1913), do dueto Pepe-Otero (1914), do ilusionista prof. Conde Titemistocele (1916), da Companhia de Variedades Olympian Troupe (1916) e da Companhia Lírica Juvenil Città di Roma (1920) (Amaral, 2020).

Diferente de Oliveira, que era atendida por uma estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, integrando a cidade em circuitos mais amplos de exploração comercial de espetáculos itinerantes, por meio da integração de entroncamentos, com os empresários valendo-se das facilidades e da previsibilidade do transporte pelos vagões (Xavier, Amaral, Dias, 2019), em Patos de Minas a ausência dos trilhos atuava como elemento inibidor dessas turnês. Nesse contexto, o Cinema Magalhães, impossibilitado de firmar contratos com gêneros artísticos ambulantes, direcionou seus investimentos para a contratação de filmes inéditos a cada sessão, oferecendo ao público uma programação constantemente renovada. Assim, supria a ausência dos espetáculos itinerantes, preenchendo, com exhibições cinematográficas, o espaço dos entretenimentos modernos na cidade no início do século XX.

Em outubro de 1914, encerram-se os registros preservados do jornal *O Comércio*, desaparecendo, conseqüentemente, as notícias do Cinema Magalhães. O último registro é datado do dia 4, domingo, quando um reclame convidava o público para uma sessão, “nesta conhecida casa de diversões”, “às 7 1/2 horas”, com “as seguintes fitas recentemente chegadas de S. Paulo”: “Inauguração da Fábrica de Pólvora Pó Enganador”, “A Filha do Barbeiro” e “Bohemia, sublime filme de arte dramático de Pathe, extraído das cenas da Vida de Bohemia de Henry Murger” (O Comércio, 4 out. 1914, p. 2).

Considerações finais

Em 1920, censos estaduais com levantamentos detalhados das instalações cinematográficas em funcionamento no estado revelam que o Cinema Magalhães permanecia com suas atividades, tendo ainda como proprietário administrador o sr. Arthur Tomaz Magalhães. Nessa época, outros dois cinemas foram inaugurados na cidade, ampliando a oferta de projeções: o Cinema Patense, de propriedade do sr. Oscar Rodrati, e Cinema Teatro, de propriedade de José de Santana, todos com duas sessões semanais, aos sábados e domingos, com capacidade de lotação para 250 pessoas (Minas Gerais, v. IV, 1921, 338).

A indisponibilidade de novas fontes primárias não permite oferecer um aprofundamento das investigações sobre o cinema permanente em Patos de Minas na segunda metade da década de 1910, período marcado por uma nova fase desse tipo de empreendimento, caracterizada pela ampliação de estabelecimentos dessa natureza, incluindo uma casa que combinava cinema e teatro. As novas edificações, construídas ou instaladas em prédios adaptados, os títulos fílmicos exibidos, os “habitues” das sessões, as estratégias de bilheteria, os novos gêneros artísticos oferecidos, bem como os grupos itinerantes que possivelmente integraram essa cena mais efervescente, constituem algumas das questões que permanecem sem respostas em razão da lacuna documental existente. Somente com a descoberta de novas fontes e a realização de novas pesquisas será possível responder a essas e outras questões, fornecendo elementos inéditos sobre a gênese e o desenvolvimento histórico do cinema permanente em Patos de Minas.

Referências

ALMEIDA, Leandro Antônio de. Mecanismos de busca em Hemerotecas Digitais Nacionais: possibilidades e desafios para pesquisa histórica. **Revista Fênix**, Uberlândia, v. 10, n. 2, 2013.

ALVEZ, Rogério Othon Teixeira; NETO, Georgino Jorge de Souza; SILVA, Luciano Pereira da. O trem-de-ferro e o cinema em Montes Claros, MG: a projeção de um divertimento pelos trilhos do sertão mineiro. **Revista Recorde**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, 2019.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; ANÍSIO, Edimar Reni. Cultura, modernidade e desenvolvimento econômico: o advento do cinema permanente em Divinópolis, Minas Gerais, 1890-1916. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 8, n. 3, 2021.

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 20, n. 38, jan. - jun. 2026

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; ANÍSIO, Edimar Reni; DIAS, Cleber. História do Lazer em Claudio, Minas Gerais, c. 1888-1920. **Movimento**, Porto alegre, v. 28, p. e28054, 2022.

AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; DIAS, Cleber. Lazer e mercado do entretenimento em uma cidade rural de Minas Gerais. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 1, 2019.

ANÍSIO, Edimar Reni. **O mercado das diversões no distrito de Carmo da Mata, Minas Gerais (1888-1920)**. Ponta Grossa, PR: Editora Atena, 2024.

DIAS, Cleber, et. al. História do futebol em Minas Gerais. **Tempos Gerais**, São João del-rei, v. 3, n. 2, 2014.

DIAS, Cleber. Cultura, lazer e esportes no mundo rural – uma introdução. In: DIAS, Cleber (Org.). **Depois da avenida Central: cultura, lazer e esportes nos sertões do Brasil**. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2020, p. 11-45.

DIAS, Cleber; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; SANTO, Wecisley Ribeiro do Espírito. A vida das cidades mortas: lazer, mercados e sociabilidades religiosas no longo século XIX. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2025.

DIAS, Cleber; Machado, Ana Flávia; HOSKEN, Vinicius Moraes Silveira. O espaço da cultura em Minas Gerais: aglomerações territoriais, desenvolvimento socioeconômico e concentração regional entre 1920 e 2010. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 29, n. especial, 2019.

FERNANDES, Marcos Antônio. **A modernidade e os cinemas na cidade de São João del-Rei (1905-1961)**: registros arquitetônicos do teatro Municipal, Cine Glória e Clube Teatral Arthur Azevedo. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

LINO, Sonia Cristina. *Cinematographo: doença da moda*. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, v. 41, n. 1, 2005.

LOPES, Jailson Martins; AMARAL, Daniel Venâncio de Oliveira; NUNES, Fábio Santana. Os primeiros anos do cinema permanente em Pirapora, Norte de Minas Gerais, (1912-1914). **Revista Historiador**, Porto Alegre, n. 17, 2024.

OLIVEIRA, Renata Cristina Simões de. **O teatro e algumas diversões em Diamantina**: uma história registrada pela imprensa (1888-1915). Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

SILVA, Igor Maciel da. **O mais completo dos sports espirituais**: o cinema silencioso em Barbacena (Minas Gerais 1914-1931). Tese (Doutorado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Igor Maciel da; MAYOR, Sara Teixeira Soutto. As mulheres de Barbacena (MG) e as sessões chique de cinema (anos de 1926 e 1927). **Motrivivência**, Florianópolis, v. 32, n. 63, 2020.

SOUZA, José Inácio de Melo. **Imagens do passado**: São Paulo e Rio de Janeiro nos primórdios do cinema. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

XAVIER, Rosana Daniele; Amaral, Daniel Venâncio de Oliveira; Dias, Cleber. Cultura, ferrovias e desenvolvimento econômico: circos em Minas Gerais no final do século 19. **Revista de História Regional**, v. 24, n. 1, p. 135-159, 2019.

Fontes

O Comércio, Patos de Minas, 29 nov. 1910, p. 1.

O Comércio, Patos de Minas, 29 nov. 1910, p. 3.

O Comércio, patos de Minas, 19 mar. 1911, p. 2.

O Comércio, Patos de Minas, 2 jul. 1911, p. 1.

O Comércio, Patos de Minas, 22 jun. 1911, p. 1.

O Comércio, Patos de Minas, 6 jul. 1913, p. 4.

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 20, n. 38, jan. - jun. 2026

O Comércio, Patos de Minas, 9 mar. 1913, p. 1.

O Comércio, Patos de Minas, 22 jun. 1913, p. 2.

O Comércio, Patos de Minas, 6 jul. 1913, p. 3.

O Comércio, Patos de Minas, 7 dez. 1913, p. 3.

O Comércio, Patos de Minas, 13 fev. 1914, p. 3.

O Comércio, Patos de Minas, 5 abr. 1913, p. 2.

O Comércio, Patos de Minas, 19 abr. 1914, p. 1.

O Comércio, Patos de Minas, 17 maio 1914, p. 3.